



JUSTIFICAÇÃO

A Petrobras figura como um dos principais elementos na investigação conhecida como “Lava-Jato”, em curso na Justiça Federal do estado do Paraná, que visa desbaratar um dos maiores casos de corrupção, locupletamento ilícito e lavagem de dinheiro que se tem noticiado no Brasil. Até a presente data foram negociados – no bojo de diversas delações premiadas e apreensões policiais – a devolução de milhares de reais, com possibilidade de que estes valores devidamente desviados ultrapassem a casa dos bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal, a dilapidação do patrimônio da Petrobras dura há, pelo menos, dez anos e envolve grandes empreiteiras, altos executivos da petroleira e agentes públicos. Segundo o MPF, de forma bem sintética, o *modus operandi* ocorria por intermédio do

“superfaturamento de contratos por um cartel de empreiteiras que cooptou funcionários do alto escalão da Petrobras, pagando-os por meio dos operadores financeiros. (...) As empreiteiras se cartelizaram em um ‘clube’ para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. (...)”

As empreiteiras pagavam propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras no valor de 1% a 5% do valor dos contratos, dinheiro que era repartido entre os funcionários, partidos políticos, membros



do Congresso Nacional e operadores. Um dos funcionários da estatal chegou a receber mais de R\$ 100 milhões de dólares de propina.”¹

Muito se investigou durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista que se instalou no Congresso Nacional no segundo semestre de 2014, mas o rol de desvios não se exauriu naquela investigação. Para além das aquisições de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal, inúmeros outros casos são suspeitos de integrarem esse esquema que sangrou os cofres públicos.

O Complexo Petroquímico – COMPERJ, no Rio de Janeiro; as Refinarias Premium I e II, localizadas respectivamente no Maranhão e no Ceará; a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná; o afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a venda de ativos da Petrobras na África e as operações da Sete Brasil também estão no rol de operações que merecem ser investigadas em razão de suspeitas de terem servido para irrigar os cofres da corrupção e da dilapidação do patrimônio da Petrobras.

Em relação ao Sr. Júlio Camargo, executivo da empresa Toyo Setal, a imprensa noticiou ter ele listado em depoimentos de delação premiada oito obras da Petrobrás em que pagou propina para as diretorias de Abastecimento, Internacional e Serviços daquela estatal.

Matéria veiculada pela Gazeta do Povo² detalha o esquema de corrupção na estatal:

¹ <http://www.lavajato.mpf.mp.br/index.html>



“O valor total pago em propina chega a US\$ 40 milhões mais R\$ 43 milhões, sendo que em duas obras os executivos não detalharam o valor pago indevidamente para operadores do esquema.

O maior valor pago em propina em uma única obra foi de US\$ 40 milhões. Trata-se de um contrato firmado entre a Petrobras e a Samsung para construção de duas sondas de perfuração para águas profundas para serem usadas na África e no Golfo do México. O valor pago para participar das obras foi de US\$ 15 milhões pela primeira sonda e de US\$ 25 milhões pela segunda. O executivo Júlio Camargo nega que a Samsung tenha conhecimento do valor pago em propina, já que os valores eram pagos por ele com parte do dinheiro recebido de comissão por intermediar o contrato.

Segundo o depoimento de Júlio Camargo, em 2005 a Sansung pediu que a empresa Piemonte, pertencente ao executivo, intermediasse o contrato. Camargo teria procurado o lobista Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, já que ele era uma figura bastante conhecida na Petrobras, "por ter um bom relacionamento" e um "bom trânsito" dentro da estatal, nas áreas de Abastecimento, dirigida por Paulo Roberto Costa, e Internacional, dirigida por Nestor Cerveró. O executivo da Toyo Setal afirmou que parte do valor da propina foi depositado em contas da GFD Investimentos, que era controlada por Alberto Youssef.

O segundo maior valor pago em propina é referente a duas obras da Refinaria Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, que ocorreram a partir de 2007. As obras de construção de uma unidade de coque para a refinaria e construção da unidade de recuperação de enxofre, retificação de águas ácidas, tratamento de gás residual e das subestações somaram, juntas, R\$ 32 milhões em propina.

Ainda em 2007 foi pago um valor de R\$ 6 milhões em propina por obras na Repav, em São José dos Campos (SP), de acordo com Júlio Camargo. A obra foi obtida pelo Consórcio Ecopav, constituído pelas empresas Toyo JP, OAS e SOG. Segundo o executivo, o pedido do pagamento de valores indevidos partiu do ex-diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, e do ex-diretor de Serviços, Renato Duque. O valor da obra foi de R\$ 1 bilhão.

No mesmo ano, as obras do Projeto Cabiúnas 2, cujo objeto do contrato era a construção de uma estação de compressão de gás, renderam R\$ 3 milhões em

² Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/executivos-da-toyo-setal-afirmam-que-pagaram-propina-em-oito-obras-da-petrobras-egp0bh2wkwz3lhme5kh53ri>, acessado em 25.02.2015.



propina para a diretoria de Serviços, a pedido do ex-diretor Renato Duque e do ex-gerente Pedro Barusco. A obra era de responsabilidade do Consórcio TSGAS, formado pelas empresas Toyo JP e SOG. As obras do Gasoduto Urucu – Manaus, de acordo com Júlio Camargo, que custaram R\$ 427 milhões, renderam R\$ 2 milhões em propina. O pagamento, de acordo com o executivo, foi feito a Renato Duque e Pedro Barusco. A empresa responsável por tocar a obra era a Camargo Corrêa.”

A propósito dos fortes indícios de que houve pagamento de propina pelo Sr. Júlio Camargo a agentes da Petrobras, vale transcrever trecho final da denúncia do Ministério Público Federal em desfavor dos Srs. Júlio Camargo, Fernando Soares e Nestor Cerveró:

“Em conclusão, toda a propina solicitada e negociada, para viabilizar a construção dos dois navios-sondas identificados, no valor total de US\$ 53.000.000,00, foi oferecida/prometida, recebida e paga por JULIO CAMARGO a FERNANDO SOARES por meio de contas offshores no exterior ou em nome de terceiros, com base em ontratos simulados e falsas justificativas de câmbio, tudo com o fim de evitar a identificação dos envolvidos, a natureza espúria do dinheiro e a sua atual localização, tornando seguro o produto do crime. Ademais, as falsidades praticadas serviram ainda para conferir aparência de legalidade aos investimentos feitos na GFD, empresa de YOUSSEF.”

Por todo o exposto – e pela quantidade de outros fatos que vêm sendo divulgados no desenrolar das investigações em curso – entendemos indispensável a oitiva do Sr. JÚLIO CAMARGO nesta CPI, como forma de ouvir



CAMARA DOS DEPUTADOS

sua versão dos fatos, avaliar as provas que porventura ele pretenda apresentar, de forma a lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa. Por essas razões, conclamamos os nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEM/RS**

**DEPUTADO EFRAIM FILHO
DEM/PB**